

TESE DA FRENTE BASE **Base Agora e SEmpre e Independentes**

UNIDADE DOS LUTADORES: ***Uma Necessidade da Categoria***

Apresentação

A Frente BASE surgiu no XX CONFASUBRA enquanto força política que atua nas bases da Federação e desde esse período (2009), se manteve coerente com sua tese e seus caros princípios de luta intransigente pelos direitos e avanço nas conquistas da categoria dos técnico-administrativos.

Em nenhum momento nosso agrupamento fugiu ou foi subserviente às lutas e as demandas da categoria. Não foi possível fazermos um balanço de gestão, mas certamente os acertos foram bem maiores que nossos equívocos e, claro, quem não faz, jamais correrá o risco de errar.

Essa foi a premissa que implementamos desde nosso primeiro dia de gestão, gestão essa que se encerra sem que tivéssemos tido pelo menos um planejamento estratégico, não por falta da nossa luta, tanto é que por diversas vezes discutimos esse assunto, mas outros interesses conseguiram ser superiores, infelizmente.

Como sabemos, fomos nós os responsáveis por não aceitar as intermináveis embromações do governo federal e partimos para o campo de batalha, sendo a primeira categoria a enfrentar o governo numa greve que durou 113 dias, mesmo com toda sua popularidade. Sabíamos que a luta seria muito difícil, mas como nos lembra o grande revolucionário Che Guevara: "**Prefiro morrer de pé que viver sempre ajoelhado**". Depois avaliamos que foi um acerto, afinal de contas, a FASUBRA precisa voltar a ser uma organização com total independência de governos.

Lutamos todos os dias, tanto na superestrutura da Federação, como nas bases construindo e fortalecendo o movimento a cada dia, não fosse a covardia dos que defendem o governo Dilma, provavelmente nossa categoria ainda estivesse comemorando conquistas, mesmo que não fossem do tamanho que almejávamos. Como foi triste ver diversos dirigentes descenderem para suas bases com o objetivo de acabar a greve e ajudar a blindar o governo que somava uma série de quedas de ministros, sendo a maioria por corrupção.

Seguimos firmes, apresentamos nossa tese com o objetivo de dialogar com nossa categoria, seja de qualquer grupo político ou diversos companheir@s independentes que ainda não se organizam organicamente. Nossa tese pretende apresentar algumas análises da realidade internacional, nacional, das demandas específicas da nossa categoria e apontar rumos a serem trilhados com vistas a vitórias, mas entendemos que nada disso será possível se os lutador@s não estiverem aglomerados na mesma trincheira, sem orgulhos ou vaidades pessoais, mas acima de tudo, cumprindo com o nosso papel de defensores dos interesses gerais e específicos dos técnico-administrativos das IES.

Defendemos que a unidade não deve ser algo superficial ou mero refrão, mas uma necessidade urgente e premente dos que acreditam que é capaz obter conquistas a partir da luta contra os patrões e o capital, por isso fazemos esse chamamento aos que não são ligados umbilicalmente ao governo Dilma e seus aliados. **Unidade dos Lutadores é uma necessidade da categoria!**

Conjuntura Internacional

1. Importante giro na ordem política

A crise econômica que se abriu em 2007, as revoluções árabes iniciadas nos primeiros meses de 2011 e a explosão das praças na Espanha e na Grécia compõem uma mudança importante na situação mundial. Vivemos um período histórico, que termina com a relativa estabilidade conquistada pela globalização capitalista na década de 90.

Trata-se de uma situação que recém começou e por isso deve durar bastante tempo - talvez uma *época* como afirmam alguns. Este novo período ocorre sem haver uma referência socialista de massas em alternativa à crise do capital, como consequência dos retrocessos causados pelo socialismo real e o impacto da sua ruína nas consciências do seres humanos pelo mundo afora.

Crise não é igual à revolução, embora abra essa possibilidade, uma vez que não há revolução sem crise. A crise se inicia na esfera econômica, provoca paralisia e impotência da burguesia, além de exacerbar a luta de classes. Como já ocorreu em outros períodos históricos, a crise também abre novas situações revolucionárias. Às vezes, as crises provocam desespero em setores de massas. Mas o fundamental e novo do atual período de crise, além de certa confusão e paralisia da classe dominante, é que os trabalhadores, a juventude e as massas voltam a sacudir o mundo. Sua força aparece com grandes mobilizações e, no norte de África, com revoluções.

O Brasil é parte dos países menos afetados pela crise e com menos atividade de massas, porém como somos parte desse mundo, o processo mundial toca e tocará cada vez com mais força ao Brasil. O grande grau de conexão do Brasil com os principais agentes econômicos mundiais impõe que apostemos numa dinâmica distinta da que temos hoje no país. Não sabemos, cronologicamente falando, quando essa nova situação incendiará aqui também, mas fortes indícios começam a aparecer pontualmente, o povo brasileiro tá acordando. Seria um grave erro pensar que o Brasil será a ilha da calmaria. Agora, quando a crise mundial já tomou um corpo muito mais definido, o maior erro será não ver que o Brasil, com suas peculiaridades, está dentro do mundo atual. A situação mundial e a de nosso país seguem o mesmo vetor, e ainda que andem em velocidades diferentes, percorrem caminhos correlacionados, que mais cedo ou mais tarde vão se encontrar. Os sintomas já estão presentes nos planos de ajuste do governo Dilma, com seus acentuados cortes orçamentários, a exemplo dos 70 bilhões anunciados recentemente, e segue com lutas radicalizadas que foram destaque: começando pela greve operária em Jirau, passando pela luta dos bombeiros do Rio, diversas greves de servidores públicos municipais e estaduais, greve com ocupações nas universidades, greve da polícia no Ceará, ocupações estudantis em algumas universidades, luta da juventude contra aumento de passagens em algumas capitais e agora a luta contra o despejo e massacre em Pinheirinho, em São José dos Campos/SP.

2. A crise econômica e ambiental

A crise iniciada em 2007-2008 não é apenas mais uma crise do sistema capitalista. Economistas burgueses como Paul Krugman já falam como nós de uma crise longa, de declínio da economia mundial por décadas, não é pouca coisa que as duas economias mais fortes do mundo (Europa e Estados Unidos), estejam no centro. A financeirização irreversível da economia, ou seja, o domínio do capital fictício sobre o produtivo é a expressão mais clara dessa decadência.

A contradição insolúvel que Marx já havia definido no manifesto comunista – entre uma produção cada vez mais social e uma apropriação mais individual – é cada vez mais aguda. Como resultado há uma superacumulação de capitais que faz com que uma grande parte desses capitais permaneça no circuito dos lucros especulativos e não na produção. Por isso se formam as bolhas especulativas - a informática, imobiliária e outras que virão, como a que já parece no Brasil - que logicamente explodem provocando mais crise.

A crise econômica se soma à ambiental, o planeta corre riscos concretos de sobrevivência pela agressão que a natureza sofre, produto da exploração

irracional do capitalismo. O aquecimento global e a falta de novos recursos energéticos não poluentes já são uma realidade que afeta o planeta.

O capitalismo não só provoca cada vez mais exploração e miséria para as massas e para os países pobres, como sua exploração irracional ameaça a existência de vida humana no planeta. Por isso, podemos falar de uma crise para toda a humanidade, e vem daí a importância de tomarmos as consignas da luta ecológica levando em conta que a necessidade da harmonia do homem com a natureza é algo fundamental para a Qualidade de Vida. Parte desta crise vem do fato de que o capitalismo não tem uma nova revolução energética ecológica que se necessitaria para limitar a poluição e degradação ambiental.

Não somos deterministas ou objetivistas, o capitalismo não morre por si mesmo. Poderá sair da crise se não houver revolução socialista. A contradição entre revolução e contrarrevolução será cada vez mais aguda e concreta por conta dos limites cada vez mais claros de subsistência da humanidade.

3. A revolução democrática árabe

A primeira grande resposta a crise econômica foi a revolução árabe; é o fato atual mais destacado da mudança do mundo. Pela primeira vez em trinta anos, as novas gerações puderam ver graças aos avanços dos meios de comunicação o que é uma revolução, o que pode fazer o povo quando se auto-organiza e se mobiliza para levar adiante um objetivo.

As revoluções democráticas que tiraram as ditaduras da Tunísia e Egito foram os triunfos mais importantes obtidos e os que mais influenciam toda a situação regional. Na Tunísia houve a queda do velho regime. No Egito, houve também uma poderosa revolução popular, mas que ficou inconclusa, pois o aparelho militar do velho regime domina agora o poder político. Apesar disso, a revolução não está morta e a prova são as novas mobilizações de massas produzidas. O regime se sustenta pelo apoio da Irmandade Muçulmana, mas a fase democrática da revolução continua, a luta se polariza e há um movimento social que se fortalece.

Sem dúvida, a dinâmica social é mais lenta que a política, é mais fácil conseguir conquistas no terreno da democracia que no terreno econômico. Há agora a uma nova polarização entre os atuais governos e burguesia de um lado, e os setores democráticos e as massas pobres de outro, para aprofundar as conquistas democráticas e conseguir as econômicas. Mas, em geral, estão se formando novas organizações sindicais e políticas independentes; Organizações combativas. É um processo regional em curso que apostamos no seu aceleração.

A revolução democrática se espalhou por toda a região enfrentando aos velhos regimes autocráticos no poder. Na Tunísia e no Egito o exército não pôde

reprimir, as classes dominantes tiveram que recuar para tentar frear o processo com reformas democráticas. Por outro lado, Líbia e Síria reagiram utilizando métodos de confrontação contrarrevolucionários. Na Líbia, se foi a uma guerra civil e o regime deixou milhares de mortos para tentar manter-se no poder. A ação truculenta de Kadafi “legitimou” a intervenção do imperialismo encabeçada por França e Itália. Mas o elemento determinante da queda de Kadafi foi a mobilização das massas, a rebelião popular. É o país onde o velho regime e as instituições do estado ficaram mais destruídas.

Na Síria a revolução popular chega a quase um ano e está se fortalecendo. O enfraquecimento do regime nota-se na ampla deserção que ocorre no exército (que já alcançou mais de 20 mil oficiais) e no fato que a rebelião popular continua.

O fato que o imperialismo tente influenciar –e em parte consiga- estes processos não significa que não sejam grandes triunfos das massas mobilizadas contra os velhos regimes autoritários. São revoluções democráticas, é o povo com sua mobilização revolucionária que está terminando com os velhos regimes, sendo estes últimos os principais aliados do imperialismo.

Quem vê os processos árabes com o prisma da revolução socialista, como se esta já fosse a tarefa imediata do presente, se equivoca e minimiza a importância das revoluções. Devemos ver a luta pela *liberdade* e pelos *direitos democráticos* como primeira tarefa do povo árabe. É a revolução democrática que poderá abrir uma luta superior, por medidas econômicas e socialistas.

Estas revoluções tem pontos em comum com as revoluções democráticas que tiraram as ditaduras totalitárias do leste Europeu e a ex URSS. Aquelas aconteceram em momentos da ofensiva reacionária reaganista e ascensão do neoliberalismo e o colapso econômico dos estados burocráticos. Pelo contrário, as árabes acontecem no desenvolvimento da grave crise capitalista. Há dialética entre revolução democrática e revolução permanente tem elementos novos que nós não podemos prever.

Com suas contradições, a revolução árabe avança (para Iêmen, Marrocos e Argélia, por exemplo) e influencia a heróica resistência palestina, desmentindo a ideia de que estas revoluções terminariam fortalecendo o imperialismo. A expressão de que a situação está favorável são as medidas do governo provisório do Egito de abrir a fronteira de Gaza e facilitar o acordo entre Al-Fatah e Hamas. Isso indica que o movimento revolucionário tem, no fundo, um caráter anti-imperialista expresso na solidariedade com a Palestina. O fortalecimento da resistência palestina e um maior isolamento de Israel são fatos objetivos.

Sobre a luta democrática que abriu a nova situação mundial, igual quando ocorreram as revoluções ou revoltas democráticas que derrubaram os regimes totalitários do Leste Europeu e da ex URSS, defendemos todos os processos de revoluções democráticas, que lutem pelo direito legítimo do povo para acabar com esses regimes. É assim que começa seu processo de autodeterminação.

4. A Europa e sua nova situação

Nesse continente, onde está o centro da crise econômica mundial, há uma crise política que está arruinando com o projeto da União Européia. A resposta popular para a crise abriu uma nova etapa da luta de classes que tem seu ponto mais alto nos países mediterrâneos da Espanha e Grécia. O plano de converter a União Européia na grande potência mundial, que foi o projeto imperialista que em certa medida avançou nos anos 90, está fracassando.

Espanha e Grécia junto com Portugal e Irlanda são os mais afetados pela crise econômica. Tem um altíssimo endividamento, suas economias estão em recessão e com um alto índice de desemprego. Os empréstimos de “salvação” para suas economias são feitos com planos de austeridade que são inclusive, mais leoninos que os da década de 90, na América Latina; diminuição de salários, aumento da idade para a aposentadoria e cortes nos orçamentos. Os tubarões financeiros com seus empréstimos não querem saber de outra coisa que não seja reproduzir seu capital. Para isso os juros são extorsivos e com as condições colocadas é impossível a recuperação econômica. A dívida grega já é impagável e este país está à beira do “calote”, em situação similar a da Argentina em 2001. Toda a Europa é um Titanic, aonde a Alemanha vai na primeira classe e muitos outros como a Grécia vão no porão.

Podemos afirmar sem ter medo de errar que a Grécia vive uma situação pré-revolucionária. Junto com a Espanha é os elos mais críticos de uma situação que afeta toda a UE. A burguesia européia tenta a todo custo baixar salários em forma brutal. A classe trabalhadora européia, a mais organizada do mundo, a de salários mais altos e mais conquistas sociais vem resistindo. As direções reformistas dos sindicatos terminaram negociando com os governos. E os partidos socialdemocratas com apoio dos velhos PCs se alternam no poder com os partidos de direita, para levar adiante as medidas de austeridade.

Com o agravamento da crise, cresceram os protestos, ocorreram greves gerais na Itália, França e Inglaterra, além das mobilizações estudantis neste último país. A Islândia, um país de pescadores que se transformou em uma roleta financeira, foi o primeiro sinal de um novo tempo político. Com um plebiscito e dois referendos o povo deste país disse “NÃO” ao pagamento aos banqueiros. Grécia foi o outro país que entrou em agitação em 2009. E o novo momento se

fez mais evidente com o contágio da juventude espanhola pela revolução árabe. Seguindo a praça Tarhir (Egito) na Porta del Sol (Espanha) apareceu um nova forma de protesto, de autoconvocação e auto-organização; os jovens desempregados e muitos outros setores começaram a encher as praças espanholas. O movimento 15 M (15 de Maio), assumiu reivindicações contra os banqueiros e contra o plano do governo, levantando demandas de outra democracia, questionando o regime e seus partidos políticos com consignas anticapitalistas.

Estas praças não foram um fenômeno conjuntural de alguns dias, o novo movimento já se estabeleceu como um grande protagonista embora agora estejam mais em refluxo. O surgimento de Occupy Wall Street é outro fato distintivo que revela que estamos em uma nova situação mundial.

Já aparecem na Europa os primeiros sintomas – por enquanto só sintomas – da famosa frase de Lênin “os de cima não podem e os de baixo já não querem”, com as quais ele indicou as condições de proximidade de uma revolução.

Com certeza na situação europeia há elementos contraditórios e dificuldades novas. Um deles é o relativo enfraquecimento do movimento operário, especialmente o industrial, não produzido por derrotas, mas sim pelo fato objetivo de que a globalização econômica criou um exército mundial de trabalho reserva. O outro fato é a ausência de uma nova alternativa socialista de massas. Sem embargo, apesar destas contradições, o movimento social avança, em certa medida por vias novas. Os indignados são expressão genuína, ainda incompleta dessa nova situação, que seguramente dará enorme contribuição para construir novas alternativas anticapitalistas de massas.

Na Grécia, as enquetes mostram que Syriza e o Partido Comunista somados detêm cerca de 30% das intenções de voto. Não podemos destacar a hipótese – como ocorreu nos primeiros anos da década de 2000 na América Latina – de uma combinação entre mobilizações, rebeliões e eleições que dão origem a um governo de ruptura com o neoliberalismo, ainda que não seja um governo dos trabalhadores. Por isso, todos nós, marxistas revolucionários, devemos colocar a situação grega em foco, pois lá é onde se reúnem as condições de uma situação pré-revolucionária.

5. *EUA é obrigado a recuar*

Se a Europa está com problemas, as coisas tampouco estão bem para os EUA, o imperialismo que é hegemônico desde a segunda guerra mundial até agora; se encontra em decadência. A tentativa de Bush de recuperar seu domínio utilizando seu poderio militar nas guerras de conquista do Iraque e Afeganistão fracassou. Nas duas se empantanou militar e politicamente. Para piorar, a economia dos EUA não se recuperou e seu endividamento interno cresce ao ponto de ter provocado uma crise política entre os republicanos e democratas. Ao mesmo tempo, o povo americano fez sintonia com a Europa, com o amplo

desenvolvimento que tem tido o movimento Occupy Wal Street. Embora não tenha expressão política transformou-se em ponto de referência e tem vinculação mais estreita que na Europa, com o movimento dos trabalhadores. Oakland foi exemplo disso.

O imperialismo yankee segue sendo quem, - apesar da sua debilidade econômica -, dirige politicamente as classes dominantes do mundo. É quem, com base em sua força militar, define as políticas mundiais. Mas dito isso, é um erro não ver sua decadência e debilidade. As direções stalinistas justificam seu apoio aos regimes totalitários sob pretexto de um “neofascismo yankee” ou de um imperialismo em ofensiva sobre o mundo. É verdade que não deixa de utilizar seus métodos militaristas, e pode voltar a utilizá-los no Irã, mas está em recuo provocado pelos golpes políticos sofridos nas guerras e por sua crise econômica que faz com que o povo americano seja majoritariamente contra. Por isso mesmo, os EUA estão jogando um papel por trás da França e Itália, na Líbia. Por outro lado os EUA tampouco estão na ofensiva sobre a América Latina, desde que no início da década o movimento de ascensão do bolivarianismo derrotou a ALCA no nosso continente. Esse recuo yankee deixou um espaço que está sendo ocupado pelo Brasil.

“Imprevisível” e caótica podem ser as palavras mais adequadas para definir a dinâmica mundial. Pois na medida em que o imperialismo yankee está perdendo sua hegemonia em meio a uma crise estrutural da Europa, a China não aparece para “assumi-la”.

6. China, motor da economia mundial

Em contraposição ao recuo econômico dos Estados Unidos e da Europa está o fortalecimento da economia chinesa convertida no motor da economia mundial. A China já é a segunda economia mundial e estatisticamente pode passar a ser a primeira em 2030, tem investimentos imperialistas enormes na África e América Latina, continentes que superou ou empatou em importância aos EUA. Chesnais responde corretamente a pergunta do que se passará com a economia Chinesa. Ele aponta que na China existe uma superacumulação de capitais que em algum momento será insustentável. Os grandes investimentos levaram a uma grande capacidade de produção para exportação e também numa capacidade de violentar a natureza em enorme escala. Ele afirma que a retração do mercado mundial porá em evidência essa superacumulação. Ele afirma ainda que pequenas variações na economia chinesa poderão determinar a conjuntura de muitos países no mundo.

Entretanto, é muito difícil que a China possa ser uma potência imperialista hegemônica como foi a Inglaterra e os EUA em outras épocas, capaz de assegurar a ordem mundial, e parece que a burocracia comunista se da conta disso e não pretende sê-la. Não pode ser por sua localização geográfica, por

sua tradição histórica e porque como consequência do regime burocrático totalitário, não tem um paradigma político com o qual possa aglutinar as classes dominantes para ser potência dominante.

7. A situação Latino Americana e o novo papel do Brasil

As guerras da água e do gás da Bolívia, as insurreições populares do Equador, o argentino, a derrota do golpe imperialista na Venezuela, sacudiram nosso continente no final da década de 90 até 2005. Neste processo surgiram movimentos sociais e políticos nacionalistas radicais que derrotaram os governos neoliberais. Tomado o poder fizeram reformas constitucionais muito progressivas, avançaram na nacionalização de recursos naturais e se enfrentaram com o imperialismo. Nesse ponto, graças a essas medidas, Bolívia, Equador e Venezuela se tornaram países independentes do imperialismo.

O processo de ascensão Latino-Americana continua, e tem hoje seus pontos altos na resistência hondurenha, na greve estudantil do Chile, no triunfo de Ollanta Humala no Peru.

As massas estão vivas e longe de ter sofrido derrotas. Na Bolívia, duas medidas de capitulação ao neoliberalismo de Evo foram freadas pela força do movimento de massas, o *Gasolinaço* e a resistência TIPNIS.

No Perú, há um processo de lutas contra as mineradoras e os novos empreendimentos de Cajamarca e se está acumulando forças para promover uma alternativa política e social ao governo de Humala, que já capitulou à direita. A luta indígena para a defesa de seus recursos naturais e da *pachamama* (mãe terra) também é hoje um importante acontecimento da luta de classes internacional.

Entretanto há um estancamento dos processos de avanço na Venezuela, Bolívia e Equador e um ainda maior da ALBA como projeto regional alternativo ao imperialismo. Essa situação se explica pelos fortes elementos de burocratização desses processos e suas direções, pela mesma situação de estabilidade continental e o papel de amortecedor que joga o Brasil, que logo veremos. De qualquer forma são processos que não estão esgotados, são governos substancialmente diferentes aos do resto da região, e por isso o imperialismo e as burguesias nativas querem terminar com eles. Por isso mesmo, nós do BASE, devemos continuar tendo política anti-imperialista e anticapitalista.

A América Latina é o continente – junto com a Ásia - menos afetado pela crise econômica mundial. Graças às exportações com bons preços de produtos primários para Ásia e em particular para a China, obteve-se um relativo crescimento econômico. Peru, e Chile com minerais, Argentina com grãos e

Brasil com sua carne, soja, aço e petróleo. Graças a esta situação foram recebidos muitos investimentos de capital.

O relativo vazio criado pelo recuo yankee na América do Sul está sendo ocupado pelo Brasil. Em nosso país se formaram importantes empresas “multilatinas” com investimento em praticamente todos os países da América do Sul chegando ao Caribe, até Cuba. Essas empresas são expressões de um sub-imperialismo, o que significa que há extração de mais-valia e certa dependência econômica em relação ao Brasil.

Para além do domínio econômico, se criou também uma crescente influência política, um caso evidente é o giro de Humala ao lulismo. O governo do PT – que toma às vezes posições mais independentes do imperialismo como sobre Honduras e o Irã, sempre atua como amortecedor para que os processos mais progressivos como o da Venezuela e Bolívia, não se aprofundem. Não podia ser de outra maneira, já que defende os investimentos de suas “multilatinas” no continente.

Apesar da situação econômica do continente poder durar algum tempo, ela vai mudar quando a crise mundial avançar sobre a Ásia, debilitando a política exportadora da América Latina. Sobretudo, porque esse crescimento se dá sem que seus maiores países – Brasil, México, Argentina – tenham rompido com a política de dependência do capital financeiro internacional. Pelo contrário, dependem dele, e sua fuga, fato que ocorrerá em algum momento, coloca suas economias em comprometimento. Essa situação já está tocando o Brasil, o país onde há mais estabilidade política do nosso continente.

8. A importância das novas consignas democráticas.

Os indignados e a “Democracia real já!”

Como todo período novo, este exige que os revolucionários se planejem para adaptações nos programas e, sobretudo, na política. Por isso temos que olhar para os novos processos internacionais que estão ocorrendo para tirarmos conclusões que nos permitam aproximar-nos a ter uma política para intervir, dentro de nossas possibilidades, com audácia, tentando atuar sobre os elementos progressivos que existem.

A consigna de “Democracia real já!” é a acumulação política mais avançada que responde a um fenômeno mundial de necessidade de uma resposta a atual crise e aos regimes neoliberais surgidos com a globalização.

Nesta fase de decadência, financeirização e globalização, as classes dominantes desenvolveram, para controlar o estado, o modelo econômico e regime político do neoliberalismo. Com ele, as conquistas democráticas que foram progressivas no começo do capitalismo, foram se deformando ou se

perdendo em sua totalidade. O neoliberalismo desenvolveu uma forma específica de regime burguês para manter a exploração capitalista e suas taxas de lucro. Com a globalização financeira estes setores tomaram o poder do estado.

Os estados burgueses não são todos iguais e com o neoliberalismo estamos diante de um tipo de estado burguês que tem como peculiaridade o domínio do grande capital financeiro (bancos, fundos de pensão, grandes empresas imperialistas e seus aliados que, como bem dizem os indignados, somam 1%). Esses setores cooptaram os políticos e seus partidos para que se governasse para seus interesses, sem nenhuma mediação. Por meio de altos subornos financeiros como “mensalões” e doações, e a associação econômica com as grandes empresas, se formou uma partidocracia, uma classe política que vive desses benefícios, separada de toda real representação de sua base social. O mesmo acontece com as burocracias sindicais.

A luta contra estes regimes são um novo significado às tarefas democráticas e também à revolução democrática. Ainda que se aparentem com as velhas consignas democráticas burguesas, agora tem um novo conteúdo mais abrangente, já atacando o capitalismo atual, ou seja, o neoliberalismo. É este significado que assume hoje a consigna “Democracia real já” das praças de Espanha, e o conceito de revolução democrática retomado agora com força no mundo árabe.

Por isso mesmo a luta contra a corrupção não deve ser uma mera política moralista. Principalmente nos países Europeus, essas consignas se tornam anticapitalistas e significam enfrentar esses regimes através dos quais governam as classes dominantes. A corrupção é intrínseca ao capitalismo, e aumenta geometricamente na etapa de sua decadência e de lucros especulativos.

As autocracias árabes são a máxima expressão deste modelo já que não conservam nenhum resquício democrático para governar na forma de clãs familiares, apropriando-se também de grande parte dos meios de produção: fábricas, bancos, comércios etc.

A consigna surgida das mobilizações dos indignados, “somos 99% contra 1%” mostra o papel dos bancos e dos grandes capitalistas.

Por isso a reivindicação de democracia real já tem esse rico conteúdo de questionamento ao aparato de poder e ao capitalismo monopolista financeirizado (os bancos). É também um enfrentamento ao modelo atual capitalista esboçando um novo modelo, mais democrático, também mais ecológico e com forte conteúdo anticapitalista. Levantar hoje estas consignas democráticas é promover a mais ampla luta por liberdades, dando-lhe um

caráter político. A luta contra as opressões, pelos direitos dos imigrantes, pela democratização da mídia, pelo controle dos banqueiros, pelo controle das empresas poluentes, a reivindicação de democracia nos processos de mobilização, de auto-organização contra os aparatos, tudo isto toma um novo conteúdo e transforma estas tarefas em tarefas altamente políticas, que expressam o nível de mobilização contra o atual modelo neste período de forte crise capitalista.

9. O importante papel da juventude no nesse novo período

Um das características comuns de todas as mobilizações é o papel de vanguarda que ocupou a juventude. Isso não ocorreu por acaso. Como sempre, a juventude é o setor mais sensível, o que mais percebe que se trata de uma crise global, o menos comprometido com as velhas tradições e o peso dos velhos aparatos e por isso, pode facilmente fazer sua ruptura com a situação e mobilizar-se.

O elemento mais novo e mais diferenciado do maio francês, por exemplo, é que agora um grande setor da juventude se proletarizou, faz parte dos explorados, é o setor que mais sofre com a crise e é o mais desempregado. É por isso que já na revolução árabe jogou um papel fundamental. Também tem sido assim na Espanha e na Grécia e será em todos os processos revolucionários que vão ocorrer. A juventude atuará em muitos deles como detonador, na vanguarda dos mesmos. Também como setor mais dinâmico para construir novas organizações e para retomar uma consciência anticapitalista e socialista. Por isso a juventude tem que ser um setor privilegiado.

10. Período propício para a construção de nova direção

Apesar das contradições reais que existem, entramos numa nova fase para a formação de nova direção sindical e política para os trabalhador@s. Enfrentamos esse giro histórico sem que os trabalhador@s tenham superado o descrédito no socialismo. A atual crise mundial é o “muro de Berlim dos capitalistas” que mostra o fracasso de seu sistema. Porém como consequência da experiência que fizeram com o socialismo real e sua queda – que era o único que conheciam - a ideia de socialismo não aparece como alternativa a atual crise do capitalismo. Não há direções de esquerda que sejam já uma alternativa para as massas e por isso, as classes dominantes conseguem ter certa margem de manobra para contornar situações agudas como foi o caso do Egito e da Tunísia.

Não podemos ser pessimistas já que a crise mundial e os últimos enfrentamentos com o governo Dilma - “Nunca antes na história do Brasil” uma greve da Fasubra tinha sido criminalizada - colocou em mais evidência o papel

das velhas direções pelo país a fora, o que facilita o processo de formação de nova direção nacional que supere a burocracia, o “freio de mão” das lutas e o troca-troca de ofícios com o governo.

É nesse momento que a esquerda classista e revolucionária tem que ter sabedoria política para superar as “perfumarias” divergentes e por fim ao reinado do governismo que dura quase uma década.

Parece-nos equivocado uma leitura somente eleitoral da situação atual, sob pena de estarmos contribuindo com o processo de “direitização”. Temos fortes perspectivas de lutas anunciadas e unidade da esquerda contra os ajustes, criminalização acentuada dos movimentos sociais e falta de reposição e política salarial dos técnico-administrativos das universidades. Daí a possibilidade real dos revolucionários construir política progressiva que responda às demandas da base da categoria e o fortalecimento da luta conjunta com os demais segmentos do serviço público federal.

11. Há que construir políticas e práticas internacionalistas

Este novo período mundial coloca um novo desafio a tod@s os que se consideram internacionalistas. Sempre que ocorrem mudanças históricas no mundo, ou abertura de novas etapas, se colocou o problema da organização internacional. Hoje em dia esta necessidade é latente. Sob essa situação internacional agitada, as organizações marxistas revolucionárias ainda dispersas não conseguiram se converter em um pólo, ou uma pequena referência ante os processos de lutas nacionais e mundiais. Grécia mostra essa dificuldade em vermelho vivo.

Não há hoje um pólo internacional significativo que possa ajudar aos revolucionários gregos ante a possível crise pré-revolucionária que pode ocorrer. Não há ainda uma direção que pelos seus próprios meios possa sintetizar as ricas experiências que estão acontecendo, até mesmo o debate interno nas bases da categoria e na direção da FASUBRA, não conseguem despertar estímulo e/ou interesse real, exceto o da participação em eventos que são importantes, mas precedem elaborações mais constantes e reais.

O desafio mais importante é dar passos para resolver dentro de nossas possibilidades essa contradição. Acreditamos que há hoje, uma série de pontos políticos fundamentais que nos unem; entre eles uma mesma leitura da crise e das revoluções árabes. Pensamos que o fundamental é o que nos une no presente, e não o que nos divide.

Hoje, mais do que nunca, estamos no período em que temos que superar o espírito de frente pontual ou eleitoral sindical, para construirmos sobre bases marxistas e leninistas, organização de luta socialista na qual até possamos ter diferentes opiniões políticas, tal como na tradição bolchevique, mas o alvo

maior da luta pela destruição do capitalismo nos unirá sempre. Esse é o grande desafio que temos pela frente e é nele que a FASUBRA precisa se inserir gradativamente.

Conjuntura Nacional

Governo Federal se alinha aos Governos Estaduais para atacar trabalhadores e movimentos sociais em geral

No Brasil o PT resolveu se antecipar e conciliar com a burguesia para que Lula fosse presidente em 2003. Nas urnas o povo optou pelo PT, mas o programa petista já estava limitado a busca por desenvolver o capitalismo brasileiro. A bandeira socialista nem mesmo para dias de festas foi usada e os recursos públicos, desde a posse de Lula, estão sendo usados para financiar e promover grandes empresas capitalistas brasileiras. Se achando vitorioso neste processo, o petismo resolveu promover a expansão dos investimentos dos capitalistas brasileiros para a América Latina e aconselhar os governos locais, Chavez, Morales, Correa, entre eles, que o capitalismo é o único horizonte possível. Maus conselhos. Quando a crise do capital é mundial, os partidários da estrelinha e do capital se orgulham em seu gerente.

Mas o capitalismo brasileiro não traz melhorias dignas de nota para o povo. Com a saúde pública desassistida, pessoas morrem enquanto esperam atendimento nos corredores dos hospitais, uma tragédia cotidiana no país. Pior, esse fato não acontece apenas com quem depende unicamente do SUS, mas também com os que podem ou fazem de tudo para pagar um plano de saúde. As filas nos hospitais privados também são realidades, os prazos para realização de exames às vezes chegam a ser semelhantes ao da rede pública, na verdade, vivemos a falência do sistema de saúde brasileiro. Para lembrar apenas um exemplo sintomático, a morte do secretário de recursos humanos do MPOG, Duvanier Paiva, acelerou-se por falta de atendimento médico na rede privada, fato que ocorre com milhares de pessoas diariamente nos quatro cantos do país, tanto na rede pública por insuficiência orçamentária, como na rede privada, oriunda da saga do capital pela produtividade e o lucro.

Vivemos num país onde mais de 13 milhões de famílias sobrevivem com menos de 50 dólares por mês, o que demonstra claramente a agudização piramidal da desigualdade social e distribuição de renda e riquezas, ou seja, os mais ricos crescem numericamente, enquanto os mais pobres sequer conseguem ter dignidade.

Os governos e os capitalistas condenam milhões ao desemprego e à exclusão social e querem mão de obra barata a serviço do mercado. Basta ver os salários absurdos e as condições de trabalho indignas dos trabalhadores que

estão nas obras do PAC e construindo as obras da copa, num país em que estádios valem mais do que escolas e hospitais. Na contramão, vemos a imprensa denunciando um grupo privilegiado dos super assalariados e são exatamente esses que estão próximos da influência do planalto.

Vivemos num país em que mais de 10% do povo ainda não tem garantido o direito à educação, no analfabetismo, algo que é básico para toda e qualquer nação que pretende se desenvolver com equidade. Um país, ademais, que o crime organizado está internado nas instituições do poder, promovendo assassinato de juízes e ativistas. Para não falar da corrupção, marca dos partidos e dos políticos tradicionais. Um país, finalmente, em que o governo central protege os desmatadores e ameaça o Código Florestal, com o PC do B convertendo a sigla “comunista” em motosserra, atitude bastante admirada e elogiada pelos latifundiários.

Enganam-se, portanto, os que acreditam que o Brasil está bem. Nem mesmo a economia capitalista está tão estável como propagam seus apologistas. O Brasil encerrou 2011 com um dos crescimentos mais baixos entre os chamados emergentes. O país é o quinto que menos cresceu, em um grupo de 24 analisados, estima a consultoria britânica EIU (Economist Intelligence Unit). E deve repetir, em 2012, uma expansão ainda moderada. Um pouco mais de 3%. O balanço de Dilma é pior do que os celebrados 4,5% médios do segundo mandato do presidente Lula (2007 - 2010).

Matéria da Folha de São Paulo mostrou que “embora a crise externa seja uma das causas da desaceleração, analistas dizem que os motores domésticos do crescimento começam a dar sinais de fadiga. O enfraquecimento do setor fabril, por exemplo, é um problema de difícil conserto. O crescimento da indústria no país caiu de 10% em 2010 para 0,8% no ano passado. Em 2011, o setor industrial teve o segundo pior desempenho entre 24 nações emergentes. Segundo a EIU, o Brasil só superou a Tailândia, afetada por graves enchentes. A expansão do crédito, que incentivou o consumo nos últimos anos, tem perdido fôlego porque as famílias estão estranguladas em dívidas”.

E qual o plano do governo? Incentivar os capitalistas e arrochar os salários do povo. As propostas de mudança da previdência social, mais uma vez, são para cortar direitos, além de atacar os aposentados e os servidores federais, estaduais e municipais. Como se fosse pouco, os governantes burgueses liberam aumentos abusivos das tarifas públicas e cortam investimentos que interessam ao povo, o que destacou a imprensa nacional ao divulgar anúncio do planalto em promover o maior corte orçamentário em toda a história da república brasileira, na ordem de 52% bilhões, sem que um centavo sequer seja cortado do pagamento de juros e amortização da dívida pública. O

governo federal não mede esforços para garantir altíssimo superávit fiscal, direcionando estes recursos aos bancos e fundos de pensão.

Por isso assistimos revoltas como a dos estudantes e jovens do Espírito Santo e de Teresina. Por isso vimos a greve dos trabalhadores da Polícia Militar do Ceará, Bahia e Rio de Janeiro que seguiram o exemplo dos heróicos bombeiros cariocas que em 2011 derrotaram Sérgio Cabral do PMDB, sem esquecer o que representou a luta contra a desocupação no acampamento Pinheirinho, onde governo federal e estadual de São Paulo andaram juntos alinhados com a mesma política de enfrentamento com os mais pobres, esses fatos ajudaram a abrir nova conjuntura e indicam mudanças profundas na luta de classes no Brasil. Por isso, em 2012 teremos mais trabalhadores e jovens lutando pelos seus direitos.

Quando estamos escrevendo ainda se desenvolve a greve da polícia militar e dos bombeiros do Rio de Janeiro. A greve da Bahia, depois de duas semanas de forte paralisação, foi finalizada com importante vitória política, obrigando o governo do PT a recuar em diversos momentos e oportunidades, mas esse mesmo governo mostrou sua cara nacionalizada de perseguição, prisão e criminalização dos movimentos sociais.

A greve no Rio de Janeiro não conseguiu decolar com força porque o governo estadual atuou com repressão planejada e eficiente e a tática do aquartelamento facilitou a operação desmonte. Foram dezenas de prisões e algumas centenas de processos militares abertos para encaminhar a demissão da linha de frente dos grevistas, ou seja, o governo do capital se planeja muito rapidamente em ações transversalizadas na busca de desmoralizar e derrotar os trabalhadores que se organizam para enfrentá-lo, na luta por salário e condições de trabalho.

Desta vez, diferentemente da última greve dos bombeiros, a ação repressiva não foi improvisada e não foi orquestrada apenas pelo governo estadual. Foi deflagrada antes da própria greve do RJ, com os violentos ataques contra a greve da Bahia, se estendendo ao principal líder da greve carioca. Foi uma repressão articulada pelo regime enquanto um todo, dirigida pelo governo federal, com a participação das Forças Armadas, do sistema judiciário (autorização dos grampos) e com a indispensável assistência da Rede Globo que mais uma vez mostrou seu lado governista, respaldada explicitamente pela presidente Dilma. Não precisa ser dito que contou com o apoio da oposição parlamentar burguesa do PSDB e DEM. Uma repressão, portanto, com todo um trabalho prévio de controle político e de manipulação da opinião pública, tudo muito bem orquestrado.

Quando os 439 bombeiros foram presos no último conflito, o desdobramento imediato foi a eclosão de um movimento de massas no RJ, com repercussão

nacional, um apoio popular e manifestações de solidariedade com a luta dos bombeiros que levou à derrota política do governo Cabral/PMDB, comemorada e consolidada numa marcha/passeata com cerca de 40 mil pessoas na orla de Copacabana.

Mas mesmo que ocorram derrotas parciais e salariais nas greves da PM do RJ e Ba, afirmamos que os conflitos inaugurados por este processo indicam mudanças profundas na luta de classes do Brasil, o que não quer dizer uma nova correlação de forças. Nova conjuntura porque teremos intensificação das contradições e das tensões sociais. São os primeiros sinais claros do início da crise do regime democrático burguês que tende a se desenvolver na esteira da crise econômica mundial, que com maior ou menor intensidade já se expressa no Brasil e se expressará cada vez mais. Dinâmica de crise cuja tendência é levar o movimento de massas a cada vez mais choques com este regime o que levará o governo Dilma a atuar como carro chefe em defesa da burguesia, utilizando-se dos métodos repressivos que sempre o regime utiliza contra o movimento de massas, ou seja, o Brasil vai acompanhando a dinâmica mundial de intensificação da crise e dos conflitos políticos e sociais.

Essa é a caracterização central do BASE. Neste sentido, podemos dizer que estas greves abrem nova conjuntura de maiores enfrentamentos. O BASE caracteriza que as greves atuais foram o primeiro round deste novo período que acreditamos será longo, porque a crise econômica não apenas irá se desenvolver, como não irá cessar em pouco tempo.

As derrotas por conquistas salariais em algumas greves, a exemplo da nossa e as mais recentes, são insuficientes para alterar esta dinâmica. Os conflitos seguirão e neste calor aumentará a experiência de massas com direções traidoras e conciliadores, como as direções sindicais da CUT, CTB, Força Sindical e cia. E nestes conflitos estão surgindo novas direções, novas lideranças, a exemplo do que vem ocorrendo em diversas eleições sindicais na base da Fasubra, onde a categoria impôs derrotas importantes aos umbilicados com a política governamental.

Uma vitória sempre é animadora para novas ações e serve de exemplo para outros setores. Mas nem toda a derrota provoca um retrocesso ou uma estabilização. As derrotas econômicas de algumas greves, podem também ter como desdobramento o aprendizado de setores de classes e até ajudar a forjar superestruturas mais preparadas. Mas, temos que refletir e avaliar bem qual o resultado deste primeiro round. Importante avaliar que caso o movimento tenha derrota pontual, qual será o tamanho dela. Avaliamos que um termômetro pode ser o tempo de prisão dos líderes do movimento, em especial de Daciolo, o líder dos bombeiros cariocas e quantos demitidos serão confirmados. Neste momento é isso que está em jogo.

Em termos salariais, portanto, pode-se dizer que a mera ameaça real da greve levou o governo a conceder algo. Estabelecido o conflito o governo tratou de impor a derrota com um método de repressão para dismantelar a organização do movimento. Agora o determinante é a situação em que ficará o movimento, táticas de recuo, nível de elevação moral, como ficam seus líderes e sua linha de frente. Por isso é importante a campanha pela liberdade de Daciolo e de todos os presos políticos, como também é importante pressionar o governo a arquivar ação jurídica contra a Fasubra. Outro peso importante é a luta contra as punições e pela anistia dos envolvidos. A libertação do cabo Daciolo, por exemplo, elevará o grau de satisfação dos trabalhadores militares e animará o surgimento de outras lutas, tão importantes e simbólicas quanto essa.

Importante afirmar que a ação do governo federal teve um alto custo. Não vamos nos dedicar a analisar o governo da Bahia. O governador Jaques Wagner apareceu como um despreparado, além de se enfrentar com toda a tropa da Bahia e dar um cheque em branco como um político contra greves etc. Mas o governo central teve que se expor e se expôs como defensor da repressão, algo que já havia acontecido antes na greve da Fasubra, claro, guardadas as devidas proporções.

Os bombeiros do RJ que no ano passado acreditavam em Dilma e de uma forma ou outra a defendiam, desta vez ganharam indignação e até ódio contra a presidente. Foi uma experiência em larga e profunda escala. Isso não é qualquer coisa. Estamos falando de milhares de policiais e de bombeiros no RJ, na Bahia e com incidência entre os policiais militares de todo o país. Afinal, todos viram também o desmonte no Congresso, promovido pelo governo federal, da PEC 300. É importante sinalizar que esse processo desenvolve contradições nas próprias bases do governo, como indicou o general de Exército Gonçalves Dias ao desagrar o governo federal, desarmando momentaneamente a política repressiva quando simbolicamente confraternizou-se com os manifestantes.

Por outro lado, no mesmo dia em que se via em todos os jornais a notícia da prisão de dezenas de bombeiros e policiais por causa da greve, apareciam as fotos e notícias do ato de aniversário dos 32 anos do PT com as presenças do prefeito Kassab (PSD), de São Paulo, e de Sarney (PMDB) como convidados especiais. Até mesmo na cúpula petista teve desconforto, como expressou Marta Suplicy e as vaias recebidas pelo prefeito paulista.

Por fim, precisamos enquanto força política interna na Fasubra, continuar reafirmando nosso lado, reivindicando o que fizemos e seguir comprometidos com o fortalecimento de um perfil de frente de esquerda composta por lutadores – contra o perfil de Fasubra defendido pela atual maioria – mas que ao mesmo tempo não perca de vista a necessidade de uma política mais ampla

buscando incidir para desenvolver a consciência democrática, de esquerda e chegar a setores independentes, mas que demonstraram seu lado de luta antigovernista na greve recente, greve essa que no seu encerramento, enquanto defendíamos a tentativa por dentro do parlamento de buscar elaboração de emendas que representassem nossos principais anseios representados na pauta específica da categoria, os governistas tiveram a petulância de votar contrário aos interesses da categoria, felizmente, numa segunda tentativa do bloco de esquerda (BASE e VAL), conseguimos aprovar, mesmo sabendo que com a política de cortes orçamentários por parte do governo as possibilidades são pequenas, mas é nosso papel buscar esgotar todos os meios possíveis que garantam nossas conquistas, o que não podemos é ficar o tempo inteiro tentando blindar o governo Rousseff.

Mulheres em Luta na Fasubra

Pela construção e implementação de uma política para mulheres nas universidades

Introdução

Diante do aprofundamento da crise econômica mundial que tem levado à implementação de diversas políticas de ataques contra os trabalhadores (demissões, retirada de direitos, arrocho salarial etc) em diversos países do mundo; concomitante à chegada ao poder da primeira mulher à presidência da república em nosso país e do fortalecimento de ideologias nocivas à classe trabalhadora, fruto da decadência do sistema capitalista (machismo, racismo, xenofonia, homofobia), se faz necessário a discussão e formulação de políticas específicas de combate a essas formas de opressão conscientemente utilizadas pelo capital para aumentar a exploração sobre os trabalhadores e garantir seus lucros e privilégios.

Dentre essas formas de opressão, o machismo sobressai-se pois as mulheres representam metade da população mundial e quase a metade da classe trabalhadora. Significa dizer que é uma luta necessária ao conjunto da classe e que deve ser pauta incondicional nas reivindicações dos diversos movimentos de luta dos trabalhadores.

Nós, técnico-administrativos, base da Fasubra nos inserimos na categoria dos trabalhadores em educação, um setor predominantemente feminino. Nós, trabalhadoras, sofremos o preconceito por sermos mulheres, seja nos locais de

trabalho ou no movimento, e ainda, pela ausência de políticas que vão ao encontro de nossas reivindicações históricas (creches, ampliação da licença maternidade, cotas etc). Por isso, é fundamental que a Fasubra reflita essa luta de maneira efetiva, contribuindo para o combate ao machismo, ideologia tão arraigada no seio do movimento, e formulando políticas que ajude a categoria a avançar na pauta específica das mulheres.

As mulheres da FASUBRA devem ser a vanguarda nesse processo.

A Origem da Opressão da Mulher

A opressão das mulheres não começou com o capitalismo. Durante um longo período da história da humanidade, antes da sociedade dividida em classes sociais, a mulher se expressou em pé de igualdade com o homem, ou mesmo com vantagens em relação ao seu sexo oposto. Com o surgimento da propriedade privada e da exploração, extinguiu-se o caráter social do trabalho da mulher, encerreando-a na esfera doméstica e sob o domínio do marido. Nesse momento, a divisão sexual do trabalho deixou de ser natural e entre iguais para ser obrigatório e se dar entre dominantes e dominados. Era o fim da sociedade matriarcal e instituição do patriarcado.

Com o surgimento do capitalismo, as mulheres foram impulsionadas a se inserir massivamente ao mercado de trabalho, passando a se submeter à dupla jornada de trabalho. Contraditoriamente, abriu-se com isso as possibilidades para a sua libertação. No entanto, esta tarefa não pode se resolver dentro do capitalismo, que usa a situação de opressão para aumentar a exploração. Por isso, o capitalismo é incapaz resolver a questão da opressão das mulheres.

Opressão e exploração: dois conceitos desiguais e combinados

Exploração e opressão são categorias que expressam fenômenos diferentes. A exploração está relacionada a um fenômeno econômico: a apropriação do produto do trabalho das massas por parte da classe que é dona dos meios de produção. A opressão não é um fenômeno econômico, mas cultural e social. Ela envolve o uso das desigualdades (sexual, raciais, nacionais) para colocar em situação de desvantagem, inferioridade, um setor da sociedade perante o outro.

O capitalismo é incapaz de acabar com a opressão feminina

Em função de suas lutas e das necessidades do modo de produção capitalista, as mulheres conseguiram grandes avanços sociais, que se expressam em leis, provendo direitos iguais aos dos homens em terrenos que variam da posse bens à participação política.

As conquistas femininas: direito ao voto, legalização do aborto, do divórcio, leis que punem a discriminação no trabalho, na vida social e o abuso sexual praticado pelos homens ainda não são exercidas em todos os países. E mesmo onde são asseguradas pela lei estão sempre ameaçadas.

A crescente integração da mulher ao mercado de trabalho não significa uma progressão que a levará ao fim da opressão. A opressão das mulheres tem uma dupla validade para a exploração: ao mesmo tempo em que os baixos salários pagos a mulher aumentam os lucros dos capitalistas, o papel que ocupa na família desobriga o estado burguês a cumprir seu papel social, impondo às mulheres o cuidado com a alimentação dos membros da família, da educação das crianças e da manutenção da casa. Por isso, a opressão da mulher sob o capitalismo não desaparece. E se faz necessário lutar contra os pilares do sistema que sustenta a opressão da classe, ou seja, contra o próprio capitalismo.

O machismo divide a classe trabalhadora e enfraquece a luta contra o capitalismo

A combinação de exploração e opressão, reforçado neste momento em que estamos experimentando a maior crise capitalista desde 1929, faz com que as mulheres trabalhadoras sejam um setor especialmente explorado de sua classe. São as que mais sofrem com o desemprego, ou na maioria dos trabalhos precarizados e informais e, acima de tudo, são castigadas com a desigualdade salarial.

As mulheres também são as que sofrem mais diretamente, como trabalhadoras e mães, cortes no orçamento para educação e saúde, áreas de trabalho predominantemente femininas.

De acordo com dados da ONU de outubro de 2010, 59% das mulheres "sofrem de diferentes tipos de violência física, sexual, psicológica e econômica dentro e fora de suas casas".

No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida e espancada em sua própria casa, dez mulheres são assassinadas a cada dia. A cada ano no mundo, um milhão de crianças e um milhão de mulheres se tornam escravas sexuais. Em todo o mundo, uma em cada quatro mulheres foi violada em algum momento de suas vidas. Cerca de 120 milhões de mulheres sofreram de mutilação genital. O "primeiro mundo" não escapa a esta realidade. O estudo "A Crise Invisível" de 2010, revela um aumento da violência doméstica na Bulgária, Estônia, Irlanda, Holanda, Escócia, Romênia e Eslováquia. E o aumento do tráfico de mulheres na Alemanha, Hungria e Reino Unido, como também o aumento da prostituição e da violência contra prostitutas na Alemanha e Reino Unido.

A situação das mulheres brasileiras...

Dados do Censo do IBGE (2010, 2011) demonstram que as mulheres representam quase 52% do total da população brasileira. Abarcam cerca de 46% do mercado de trabalho, são a maioria dos empregados da informalidade, são mais da metade (53%) daqueles que ganham até um salário-mínimo e estão entre os mais pobres (70%), têm remuneração média de até 30% a menos que os homens para exercerem uma mesma função, que varia de categoria para categoria, apesar de estudarem em média dois anos a mais que os homens, sendo que em Fortaleza, elas chegam a ganhar até 57% menos. As que estão em empregos formais (35,5% do total de trabalhadoras) ocupam majoritariamente os setores de serviços (educação, saúde, hotelaria entre outros) e são cerca de 97% dos empregados domésticos, sendo que a maior parte é negra.

De acordo com pesquisa da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do governo federal (2011), enquanto os homens são maioria nos cargos ocupados por analfabetos ou até superior incompleto, nos cargos onde a exigência mínima é ensino superior, as mulheres são maioria e representam 61,7%. São as que sofrem mais com o desemprego; enquanto em 2010 a taxa foi de 8% para os homens, para elas foi de 11%. Isso piora quando falamos das mulheres negras, cujo racismo ajuda a aumentar ainda mais a diferença.

Outro dado apresentado pelo IBGE é o de que as mulheres gastam em média duas horas a mais por dia com os serviços domésticos. É a chamada dupla jornada, que é feita dentro dos lares, de uma maneira invisível, mas que amplia a quantidade de horas de trabalho das mulheres e desobriga o Estado de construir restaurantes, creches e lavanderias coletivas.

...e a política do governo Dilma

No discurso de posse, Dilma “assumiu o compromisso” de honrar as mulheres do país e estabeleceu como seu principal foco de atuação a “erradicação da pobreza extrema”, onde elas são a maioria.

No entanto, continua em curso a política estrutural que vinha se desenvolvendo no governo LULA, consoante com as políticas assistencialistas (bolsa-família e renda mínima, por exemplo) e o aprofundamento estrutural das contradições capitalistas. As medidas do governo Dilma explicam melhor essa afirmação.

O salário mínimo não obteve reajuste real desde 1997; cortes no orçamento foram desferidos na ordem de 50 bi (2011) e 55 bi (2012), compreendendo áreas essenciais como saúde e educação; tentativa de retirada de direitos historicamente conquistados como a estabilidade (PL 248) e a privatização dos hospitais universitários estão sendo ou já foram encaminhados e/ou aprovados

no Congresso; continuidade da criminalização dos movimentos sociais, com a repressão de diversas greves (PM, Bombeiros, serviço público, etc); dentre outras medidas atestam o caráter conservador e reacionário do governo Dilma.

Política do governo Dilma para as Mulheres

As várias medidas tomadas por Dilma no âmbito das lutas específicas das mulheres são insuficientes e não representam um avanço na luta pelas suas reivindicações históricas.

A principal proposta do governo, na área da educação, é a construção de 6 mil creches para crianças em idade de 0 a 3 anos. No âmbito da saúde da mulher, é o fortalecimento do “projeto cegonha”, que se propõe a ser uma medida para “humanizar o parto”, um retrocesso à proposta do programa de atenção à saúde integral da mulher, existente desde 1983 e reformulado em 2004.

Os programas de combate à violência contra a mulher estão pautados na Lei Maria da Penha, mas não preveem a ampliação de suas medidas. Em relação à Lei da Licença-maternidade de 6 meses, segue o projeto de vinculá-la à isenção de impostos para as empresas que participam do programa empresa cidadã e não obrigatória. Quanto à legalização do aborto, segue o compromisso assumido na “carta ao povo de Deus”, de não tomar medidas para o seu avanço.

O papel da Fasubra na luta das Mulheres Trabalhadoras

A discriminação contra a mulher não se restringe às esferas domésticas ou aos locais de trabalho. Infelizmente, nas entidades sindicais o machismo continua castrando o aparecimento de milhões de ativistas. O fato é tão flagrante que existem sindicatos cuja diretoria é majoritariamente masculina, apesar da base ser, ao contrário, majoritariamente feminina. Os departamentos (ou coordenações) femininos criados no final da década de 70 e início da década de 80 estão hoje praticamente abandonados, ou quando existem, aparecem como mera formalidade.

As reivindicações específicas são levantadas durante as campanhas salariais, quando aparecem, mas não existe uma política para mobilizar as mulheres, que continuam sendo desvalorizadas como ativistas, vítimas de assédio sexual, agressões físicas, verbais e psicológicas no seio do próprio movimento, o que tende a afastá-las do cotidiano das lutas político-sindicais.

As mulheres se organizam menos nas entidades de classe e estudantis do que os homens e isso se deve ao machismo e a dupla ou mesmo a tripla jornada. O machismo estimula uma ideologia mentirosa de que o homem é a direção natural e às mulheres são dirigidas por eles porque seriam inferiores. Essa

ideologia faz com que as mulheres sempre tenham uma participação aquém do seu verdadeiro peso, e não haverá uma verdadeira luta contra o capitalismo sem essas mulheres; se não tiver política para metade da classe, enfraquecemos a luta dos trabalhadores contra os seus inimigos de classe. Lutamos por uma sociedade sem exploração e sem opressão, e para chegar a essa realidade é necessário que o conjunto da classe lute unido, é necessário que a luta contra a opressão seja parte do dia a dia da Fasubra.

Os problemas comuns a todas as trabalhadoras – desigualdade salarial entre os sexos, falta de oportunidades profissionais, desrespeito as garantias trabalhistas proporcionadas as mulheres, ausência de creches, assédio sexual e moral – devem ser enfrentados de maneira específica pela Fasubra, pois se continuarmos tendo políticas iguais para setores desiguais estaremos reafirmando a opressão. É necessário enfrentar a ideologia que inferioriza as mulheres de modo mais direto com uma política especial para incorporar as mulheres com seu efetivo peso.

Para isso, propomos:

- Orientar que todos os sindicatos filiados à Fasubra impulsionem a criação de secretarias ou coordenações de mulheres, tendo como principal tarefa traçar uma política de discussão, formação e mobilização para as mulheres da categoria, levantando palavras de ordem que reflitam seus principais problemas;
- Elaboração de campanhas de sindicalização específicas para as mulheres;
- Impulsionar a luta nacional por creches públicas em período integral nas universidades;
- Garantir creches em todas as atividades da Fasubra;
- Politizar a luta das mulheres: debates e palestras devem ser organizados com frequência. Artigos periódicos devem ser reproduzidos nos jornais sindicais das bases e da Fasubra;
- Lutar contra a terceirização e pela incorporação dos terceirizados nos sindicatos;
- Introduzir a política de cotas nas diretorias dos sindicatos proporcionais ao número de mulheres na base.
- Que a Coordenação Jurídica da Fasubra acompanhe os casos de assédio sexual e moral ocorridos nas universidades;
- Impulsionar nas bases ampla campanha contra violência física, psicológica e moral exercida contra as mulheres;

- Construir atos classistas nos dias 8 de março (dia internacional da mulher) e 25 de novembro (dia nacional contra a violência à mulher);
- Contra qualquer tipo de perda salarial em decorrência da licença maternidade;
- Campanha pela licença maternidade de 1 ano;
- Realizar um senso sobre a situação das mulheres no setor, postos que ocupam, quais necessitam de creches, entre outros;
- Não à demissão de trabalhadoras grávidas, não ao trabalho informal, e não os contratos precarizados, efetivação e plenos direitos trabalhistas e sindicais para todas as trabalhadoras.

A Luta pela Carreira continua sendo prioridade para a categoria

Depois de inúmeras lutas para conquistarmos uma carreira, em 2005 foi aprovada a lei 11.091 que instituiu o PCCTAE – Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação.

Logo na sua implantação, o PCCTAE já apresentava problemas profundos que não se passava somente por uma tabela salarial achatada. No seu bojo, trazia outros problemas como o enquadramento por tempo de serviço público federal, onde os principais atingidos foram os aposentados; a classificação dos cargos na nova estrutura, que foi denominada como hierarquização dos cargos, entre outros.

Essas mudanças criaram conflitos internos e graves problemas de gestão nas universidades, sem contar a enorme demanda política e judicial das entidades sindicais.

Todas essas demandas, oriundas da Lei 11.091 já foram debatidas nos organismos da Federação e propostas para aprimorar a carreira já foram apresentadas em todas as mesas de “negociação” com governo sem nenhum êxito.

A CNSC – Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, que na implantação da lei em 2005, foi responsável pela elaboração das diretrizes para a efetivação do incentivo à qualificação e a progressão por capacitação, não consegue mais desempenhar seu papel de proponente no aprimoramento da Lei. Isso se deve pela postura do governo em esvaziar esse fórum, jogando toda a negociação para o Ministério do Planejamento.

Após sete anos da implantação da Lei, não avançamos efetivamente em nenhuma das propostas apresentadas e o governo continua nos enrolando

através da criação de Grupos de Trabalho que debatem muita teoria, mas que, na prática, não avançam em nenhuma proposta que atenda a demanda da categoria.

Aliado a isso encontramos, numa parte da Direção da Fasubra, resistência em tratar essas demandas da carreira como prioridade na pauta de reivindicação da categoria. Essa política prioriza as negociações do piso e do step da tabela, relegando as outras demandas da carreira a segundo plano.

Para acirrar ainda mais os ânimos, na aplicação do acordo da greve de 2007, o governo surpreende com mudanças na proposta, alterando o anexo IV, onde propõe aumento dos índices dos incentivos apenas para os cursos que atendem prioritariamente à classe E, quebrando a isonomia de tratamento.

O Step constante, o principal ponto de isonomia entre os níveis de classificação, também é derrubado pela Casa Civil da Presidência da República. Hoje, o governo pode atribuir diferentes valores para o Step ao longo da tabela.

Reposicionamento de Aposentados

REENQUADRAR PARA MELHORAR E CORRIGIR INJUSTIÇAS

Em janeiro de 2005 foi editada a Lei Federal Nº 11.091 que dispõe sobre a estruturação do novo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições federais de Ensino vinculadas ao Ministério da educação. Na primeira etapa, conforme consta no Capítulo VII, Art. 15 dessa lei, o enquadramento foi efetuado de acordo com a tabela de Correlação, constante no Anexo VII da mesma Lei. Para esse enquadramento, observou-se que o posicionamento inicial fosse no Nível de Capacitação I do nível de classificação a que pertence o cargo; e considerou o tempo de efetivo exercício no serviço público federal, na forma do Anexo V da lei 11.091/2005, que trata da tabela de conversão tempo de serviço público federal.

A realidade de muitos aposentados (as) e pensionistas na carreira anterior (PUCRCE) era de estar enquadrados no topo da tabela. No novo contexto da Lei 11.091/2005 muitos aposentados (as) e pensionistas foram prejudicados no enquadramento pela nova ordem de contagem apenas do tempo de serviço público federal, sendo assim posicionados nessa nova tabela abaixo do que se encontravam anteriormente, passando agora não mais para final de carreira desse novo plano e, conseqüentemente a grande maioria ficou com complementação salarial (VCB), o que significou congelamento dos vencimentos por alguns anos; além do que não foi considerado o tempo

referente à licença-prêmio não gozada; lembraram menos ainda da história funcional que o servidor adquiriu por toda sua vida laboral.

Outro fator que prejudicou os aposentados (as) e pensionistas foi não poder participar dos programas de capacitação dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional de cada Instituição Federal de Ensino.

Durante esse período uma luta se organizou na base da categoria obrigando muitas direções, que se mostravam contrárias, a mudar sua postura.

Essa luta se materializou através da mobilização dos aposentados na busca pela correção das injustiças feitas por ocasião do enquadramento no PCCTAE. O reposicionamento dos aposentados foi aprovado em vários Conselhos Universitários, contra a própria orientação do Ministério do Planejamento. Isso nos mostrou que com organização e luta é possível conquistar nossas reivindicações.

O Ministério do Planejamento, não obtendo sucesso na orientação aos dirigentes, bloqueou o Sistema que gerencia a folha de pagamento das universidades (SIAPE) impedindo que o reposicionamento em muitos lugares não fosse efetivado.

Achamos que essa luta tem que ser prioridade na nossa pauta de reivindicação.

Nesse contexto, defendemos o reposicionamento dos aposentados (as) e pensionistas, proporcional aos limites da carreira anterior, por entendermos que não foi respeitada a vida laboral desses servidores, que passaram suas vidas laborando pela construção das Instituições Federais de Ensino, por consequência trabalhando para a sociedade e agora vêm seus direitos rasgados com a Lei 11.091/2005, por não haver posicionamento de enquadramento justo entre o PUCRCE e o PCCTAE, nesse sentido, falta a Fasubra mais incisividade nessa causa, até mesmo uma atividade mais contundente dos aposentados no MPG não foi encaminhada por falta de interesse de grande parte da direção.

Racionalização: para resolver o problema de gestão nas instituições

A racionalização dos cargos, prevista na Lei 11.091, representa muito mais que apenas uma reclassificação dos cargos na estrutura do PCCTAE. Ela resolve um grave problema de gestão que surgiu na implantação desse Plano.

Com a hierarquia apresentada na Lei, muitos cargos que hoje exercem a mesma função, principalmente pela mudança do mundo do trabalho, foram classificados em diferentes níveis recebendo, assim, renumeração

diferenciada. Isso trouxe uma insatisfação crescente nas instituições, gerando sérios problemas de gestão.

É necessário fazer uma reorganização dos cargos dentro da carreira, levando-se em consideração as mudanças de tecnologias e a nova CBO.

Anexo IV – Mesmos percentuais de incentivo a qualificação para todos

Desde a implantação da Lei 11.091 a modificação do anexo IV tem sido uma constante em nossa pauta de reivindicação.

Da forma como está hoje, o anexo IV impede que companheiros (as) ocupantes de cargos classificados nos níveis A, B, C e D tenham ganhos com alguns cursos.

Defendemos uma tabela única para todos os níveis de classificação, onde todos tenham oportunidade de estudar e receber incentivo por isso, independente do nível de classificação que ocupem.

A Concepção de Carreira do Governo Federal

O governo propõe hoje, para todo serviço público federal, a discussão das Diretrizes de Planos de Carreira, onde está implícita, neste debate, sua concepção de Estado. O governo defende uma carreira única para todo funcionalismo público federal, na lógica do PGPE – Nos grupos de trabalho e oficinas realizadas com o Ministério do Planejamento, as falas dos representantes do governo deixam clara a política para os servidores públicos federais que passam longe das concepções defendidas por nossa categoria.

Se por um lado a unificação das carreiras no serviço público traria de volta a unidade da luta dos SPF's, abandonada pelo corporativismo interno de cada categoria, por outro lado a Carreira Isonômica não pode representar retrocesso nem perda de princípios já conquistados.

Baseada nesta discussão, nosso debate sobre o tema deve ser orientado no sentido de traçarmos nossas próprias diretrizes, do ponto de vista dos trabalhadores e assim estabelecermos critérios mínimos de negociação defendendo a CARREIRA no real sentido da palavra, com ascensão funcional.

Para isso, defendemos princípios imprescindíveis a qualquer discussão sobre diretrizes de carreira no serviço público:

- CARREIRA de fato, com ascensão funcional, através da capacitação e/ou qualificação dos servidores;

- Racionalização dos cargos, nova hierarquia de cargos de acordo com mudança do mundo do trabalho e as novas tecnologias, aglutinações de cargos e definições claras de atribuições e requisitos de ingresso;
- Garantia da Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Contra a Terceirização;
- Pela revisão dos Cargos Extintos com a imediata recriação de cargos cujo fazer é necessário para as instituições;
- Pela mudança do Anexo IV – mesmo percentuais de incentivo à qualificação para todos os cargos, independente do nível de classificação;
- Contratação pelo Regime Jurídico Único;
- Volta do Step Constante dentro da nossa tabela salarial;
- Piso Salarial de três salários mínimos e Step de 5%.

Comunicação Sindical na Disputa da Hegemonia

Se compreendermos que a comunicação social é um direito humano, cabe aos trabalhadores e demais explorados em todo mundo lutarem pela democratização da comunicação social no campo sindical. Nesse sentido, sindicatos e centrais sindicais de trabalhadores devem lutar e intervir nesse processo em virtude das novas relações no mundo do trabalho de maneira que venham defender uma maior profissionalização da comunicação para de acordo com os interesses dos trabalhadores, mesmo que seja de forma desigual, é preciso que a comunicação sindical dispute milimetricamente a hegemonia em contraposição à comunicação desenvolvida pela burguesia e seus veículos.

A contraposição à essa hegemonia passa pela compreensão e organização da comunicação sindical para ecoar as vozes dos marginalizados e excluídos socialmente da imprensa dos capitalistas. Nesse aspecto, se faz necessário o trabalho de uma assessoria de comunicação sindical acompanhada de novas tecnologias que compreenda e intervenha na luta das massas trabalhadoras e demais movimentos sociais, para mostrar o outro lado da comunicação social que não seja aquela apresentada unilateralmente pelos empresários em suas redes nacionais.

Segundo Newton Viana (2011), Em nosso país os capitalistas da mídia hegemônica impõem um pensamento uniforme reprodutor das idéias dominantes a partir dos centros do capitalismo global, pela via do individualismo, consumismo e o enfraquecimento da função do Estado, tornando-se matrizes ideológicas e formadores de opinião pública. No entanto, setores mais avançados da classe trabalhadora têm trabalhado de forma isolada essa disputa de hegemonia como podemos citar exemplos de diversos sindicatos que utilizam veículos de comunicação alternativa, como: jornal Brasil de Fato, que é elaborado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, conjuntamente com outros movimentos populares além de centenas de outros jornais impressos, rádios e TVs comunitárias, blogs etc.

No Rio Grande do Norte, o SINTEST têm uma arrojada assessoria de comunicação sindical que desenvolve esse trabalho de contraposição hegemônica através de sua revista sindical e política (RE)VISÃO, um programa semanal de TV na categoria entrevista pela TV SINTEST, hospedado no site do sindicato, que será veiculado em TV aberta com debate (Diálogo Plural), com produção e direção do próprio SINTEST, além do seu impresso mensal, site e outras atividades de divulgação diária, contando com uma equipe de 01 (uma) jornalista, 01 (uma) radialista profissional e mais dois estagiários do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da UFRN, tendo na coordenação política da pasta da comunicação, mais 02 comunicadores; 01 (um) jornalista e 01 (um) comunicador visual.

Balanço da Greve de 2011

Só os bancos se salvam na crise...

No dia 26/09, os trabalhadores técnico-administrativos das universidades federais de todo o país voltaram ao trabalho, após 113 dias em greve. A luta se desenvolveu com caravanas, ocupações de reitorias, marchas, acampamento na Esplanada dos Ministérios, audiências públicas, panfletagens e protestos no Congresso Nacional. A categoria demonstrou uma grande disposição de luta, mesmo diante da recusa do governo em atender as nossas reivindicações.

Após a greve de 2007
protocolo firmado entre o
governo e a Federação dos
Sindicatos dos
Trabalhadores das
Universidades Públicas
Brasileiras – FASUBRA,



algumas pendências da nossa carreira (PCCTAE) para serem negociadas. Após quase quatro anos e mais de 40 reuniões, nenhuma possibilidade de avanço foi apontada. A sábia paciência da categoria se esgotou quando o governo, já em 2011, continuava a enrolar a direção da FASUBRA com reuniões nada produtivas, muitas vezes adiadas e sem propostas concretas.

Diante dessa realidade, os trabalhadores das universidades em todo o país decidiram que a greve seria necessária. Além da motivação salarial, os servidores demonstraram preocupação com relação a alguns projetos de lei, como o que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH abrindo caminho para a privatização dos hospitais universitários e afronta a autonomia das universidades (PL 1749/2011, que atualmente tramita no Senado Federal como PLC 79/2011), o que congela os salários do funcionalismo público por dez anos (PL 549/2009), o projeto que ameaça a estabilidade no emprego (PL 248/1998) e também o que ataca a previdência (PL1992/2007). Os técnico-administrativos ainda sentem a ameaça do PL 2203/2011, que reduz drasticamente os adicionais de insalubridade e periculosidade.

A categoria entendeu que existiam muitos motivos para lutar, e assim a greve foi construída nas universidades, mesmo contra a vontade da maioria da direção da FASUBRA e da direção de muitos sindicatos locais, que a todo o momento tiveram uma postura conciliadora em relação ao governo.

A greve se iniciou sob a influência da crise econômica mundial. Em 24 de novembro de 2010, o Ministro da Fazenda Guido Mantega concedeu uma entrevista exclusiva ao Fantástico, logo após Dilma ter sido eleita, na qual já anunciou claramente: *“Não há previsão de reajuste salarial para o funcionalismo em 2011”*.

Na ocasião, Mantega ainda anunciou um conjunto de medidas que começaram a ser colocadas em prática no início de 2011: aumento minúsculo para o salário mínimo, nenhum reajuste para os aposentados, corte de R\$ 50 bilhões do orçamento para garantir um ajuste fiscal com o objetivo de preparar o país para a crise.

O endurecimento por parte do governo nas mesas de negociação com os sindicatos dos servidores públicos federais faz parte do conjunto de medidas que passou a compor a sua política econômica.

É contraditório que ao mesmo tempo, o governo nega reajuste e melhores condições aos trabalhadores e concede benefícios aos poderosos. Todos devem se lembrar do aumento escandaloso dos salários dos deputados, senadores e da própria presidenta no início do ano de 2011, e do programa Brasil Maior que concede anistia fiscal de 25 bilhões de reais aos

megaempresários. Além disso, foi promovido no em 2011 um corte de 50 bilhões no orçamento e agora em 2012 outro corte e 55 bilhões. Ambos atingiram saúde e educação.

O governo está preparando o país para a crise econômica que já provoca grandes perdas para o funcionalismo público europeu, a exemplo de cortes de salários e demissões em massa. E quem está sendo sacrificado é o trabalhador.

113 dias em greve e o governo “dos trabalhadores” não recebeu o Comando Nacional de Greve.

No segundo semestre de 2010 a FASUBRA aprovou por maioria em plenária nacional a construção de comitês de apoio à Dilma nos Estados. A maioria dos trabalhadores brasileiros elegeu Dilma, a maioria da direção da FASUBRA e do nosso sindicato é formada por militantes do PT e do PC do B, partidos da base do governo. Sendo assim, o que leva um governo a não receber nossa categoria em greve? O que leva esse governo formado por ex-sindicalistas a entrar na justiça para pedir a ilegalidade de nossa greve? Nem FHC teve tal atitude com a FASUBRA. Quais os motivos reais para o governo derrotar a greve da nossa categoria, que tem o menor piso e menor teto salarial do serviço público federal?

As respostas para estas perguntas estão ancoradas no fato de que o governo traiu uma categoria que ajudou a eleger Dilma. O governo virou as costas para os trabalhadores e fez a opção equivocada de governar em aliança com os poderosos. Esta escolha tem por objetivo sobreviver no jogo eleitoral, pois sem o apoio financeiro de empresários e banqueiros não se ganham as eleições. Não é coincidência que a campanha de Dilma tenha sido a que recebeu mais recursos do empresariado e dos banqueiros. É a primeira vez, desde a reabertura democrática, que um governo não nos recebe durante uma greve. Esta marca do atual governo ficará na história da FASUBRA.

Veja como o governo tratou as greves em 2011:

CORREIOS	ELETOBRAS	EMBRAPA	Bancários
-----------------	------------------	----------------	------------------

28 dias em greve	3 dias em greve	8 dias em greve	21 dias em greve
<p>O governo apresentou proposta rebaixada e pela primeira vez na história da categoria ocorreu corte de ponto. A greve foi decidida na justiça, terminando com desconto de 07 dias de paralisação no contra-cheque e pagamento dos 21 dias restantes através de horas extras.</p> <p>Conquistas: Reajuste de 6,87% e aumento linear de R\$ 80,00.</p>	<p>Desconto dos dias parados.</p> <p>Conquistas: Aumento de 6,51% para repor a inflação.</p>	<p>Após a greve, existe tramitação na justiça para evitar que ocorra corte de ponto.</p> <p>Conquistas: Aumento de 6,51% para repor a inflação.</p>	<p>A greve dos trabalhadores do setor que mais lucra nesse país terminou sem corte de ponto</p> <p>Conquistas: Aumento real de 1,5%.</p>

É importante destacar que a greve do SINASEFE (sindicato que abarca os Servidores Técnico-Administrativos dos CEFET's e IFET's) é semelhante à greve da FASUBRA, pois também não conseguiu conquistas ou alterações na carreira.

Além disso, as categorias que conseguiram reajustes que repõem a inflação são aquelas nas quais os trabalhadores são contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT –, sendo que este fato obriga legalmente o governo a conceder este reajuste, pois estas categorias possuem data-base. No nosso caso, por sermos regidos pela Lei 8112/1990 - Regime Jurídico Único – RJU – e não possuímos data-base, o governo não possui obrigação jurídica de nos conceder sequer a reposição da inflação.

Ataque aos Hospitais Universitários



Além da negativa em conceder um reajuste salarial para a nossa categoria, o governo federal conseguiu aprovar, contra a vontade dos trabalhadores, o projeto de lei 1749/2011 na Câmara dos Deputados. Este

projeto cria a EBSEH, que atropela a autonomia universitária ao retirar das universidades a administração de seus hospitais e abre a possibilidade de privatizar os serviços.

Por duas vezes, os trabalhadores da FASUBRA, com muita luta, conseguiram adiar a votação na comissão especial que analisou o projeto. Neste local, centenas de companheiros e companheiras encontraram um aparato repressivo gigantesco e um tratamento desrespeitoso com nossa categoria, fato que lembrou os tempos da ditadura militar no Brasil.

Na terceira tentativa de impedir a votação, os trabalhadores foram impedidos de entrar na reunião da comissão especial. Em seguida, o projeto foi para o plenário da Câmara e mais uma vez, os trabalhadores foram impedidos de ter acesso às galerias para acompanhar a votação. O Congresso Nacional recebeu os grevistas da FASUBRA na “casa do povo” com repressão e agressão física.

Quase toda a bancada de deputados do PT e mais da metade da bancada do PC do B (sete votos a favor e seis contra) votaram a favor do projeto. Por Goiás, Marina Santana, do PT, e Magda Mofatto, do PTB, votaram a favor da EBSEH e, conseqüentemente, contra os servidores do Hospital das Clínicas/UFG, e contra a população que é usuária dos SUS e de nosso Hospital. Estas deputadas viraram as costas para os eleitores e todos nós devemos nos lembrar disso nas próximas eleições.

O PL logo se transformou em Lei 12.550, de 15 de dezembro de 2011. Um “presente” que veio às vésperas do natal. Conforme prevê o Art 1º da lei, a EBSEH tem personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação. Essa tentativa de passar nossos 47 hospitais universitários espalhados pelo Brasil para o controle de empresa,

desse modo, desvinculando-se de vez das universidades, não vem de hoje. Há muito tempo nossos Hus não conseguem repor seu déficit de pessoal do quadro efetivo que chega a cerca de 20 mil servidores.

É uma política que se iniciou no governo de FHC, agudizou-se com o ex-presidente Lula, que além de não cumprir determinação e termos de acordo com o TCU, ainda editou na calada da noite do réveillon passado, uma Medida Provisória (MP 520) criando a tal empresa. Por displicência do senado, a MP perdeu seu prazo e conseqüentemente sua validade em meados desse ano.

Seguindo a mesma lógica capitalista de desprezar a importância desses hospitais que têm função estratégica de estado em relação ao tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, o governo Dilma encaminhou a medida em forma de projeto de lei, em regime de urgência, ao congresso nacional.

Depois de muitas mobilizações, especialmente das organizações sindicais ligadas à educação, com destaque para a FASUBRA, o projeto foi retardado, sofreu modificações importantes, mas seu mérito seguiu sendo aprovado na câmara, no senado e hoje é lei. Desse modo, o governo do PT escreveu mais uma importante página na história da república brasileira que "nunca antes na história desse país", havia sido escrita com letras tão garrafais, pena que não obteve a ênfase do fortalecimento do estado enquanto agente provedor de políticas públicas, muito pelo contrário, o governo do PT jogou toda sua história no lixo e fortaleceu o processo de privatização, algo tão contestado nos governos passados ditos de direita, sinceramente, nem sabemos mais quem está à direita: Sarney, Collor, Itamar, FCH ou Lula e Dilma?

O fato é que agora mergulhamos verdadeiramente num mundo de incertezas. Ninguém sabe ao certo como ficará a qualidade do ensino dos profissionais da área de saúde. A empresa vai priorizar as pesquisas de cunho social? Os inúmeros atendimentos médicos, especialmente os de média e alta complexidade (ressonância, tomografia, transplantes, cirurgias de alto risco...) como ficarão? Quem vai pagar essa conta? Os servidores (técnicos e docentes) do quadro efetivo como ficarão? Bom, são algumas dúvidas que rondarão nossas cabeças por um bom tempo. O fato é que tudo isso é uma incógnita que será muito bem controlada por uma empresa de caráter privado que certamente visará lucro com base na produtividade e esse filme já vimos antes em diversos setores, ou seja, o lema será produzir mais com menos custos, independentemente se vai ou não haver exploração da mão de obra.

A direita privatizou tudo que pode, na verdade, sobrou quase nada, mas o pouco que ainda nos resta está sendo gradativamente (?) entregue ao capital privado. Agora são nossos Hus, amanhã será a universidade como um todo, sem falar que os aeroportos já estão sendo privatizados. Nessa velocidade e

voracidade do governo corrupto de Dilma e do capital, onde vamos parar se não sairmos todos (as) às ruas, independente de cor ou bandeira partidária, a exemplo do que está sendo feito em vários países? Não temos quase mais nada a perder, será que vamos esperar até que arranquem-nos a voz da garganta? Isso me faz lembrar nosso querido Maiakovski, poeta russo, que escreveu: "Na primeira noite, eles se aproximam e colhem uma flor de nosso jardim, e não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam nosso cão e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles, entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta e porque não dissemos nada, já não podemos dizer mais nada".

Que percamos de vez o medo de lutar pelos nossos direitos históricos e travemos luta coletiva, desta feita, nos conselhos universitários para que as universidades não façam adesão à EBSEH, pois sem adesão das instituições, a empresa nascerá morta. Façamos cada um de nós a nossa parte, juntos seremos vencedores, acredite nisso.

As contradições das nossas direções sindicais

A diretoria da FASUBRA é por maioria influenciada por forças políticas que apoiam o governo, portanto, desenvolvem um discurso de que a greve foi um erro, pois tínhamos que ter apostado nas mesas de negociação. Este discurso classifica 43 reuniões em ter FASUBRA e governo que se desenvolveram em quatro anos como se não fossem nada.

Tal discurso tem o objetivo de mascarar a responsabilidade do governo, que na visão deles é nosso amigo, e responsabilizar os setores de oposição nomeando-os de intransigentes e radicais. Em uma ação leviana divulgaram que estes setores se recusavam a negociar com o governo.

A realidade é que a maioria das entidades sindicais do funcionalismo que apostaram na negociação pouco conquistaram e as poucas entidades que ganharam algo se submeteram a acordos rebaixados. Ou seja, receberão migalhas em poucas carreiras que o governo considerou instáveis.

A posição dúbia da direção de nosso sindicato, de representar a categoria e ao mesmo tempo apoiar incondicionalmente o governo, não tem servido para impulsionar nossas lutas. Ao contrário, tem sido uma âncora pesada. Tal política conciliadora fortalece o governo e enfraquece a categoria em nossos embates. Assim, ter alguma vitória é muito mais difícil.

Para explicitar estas atitudes, é preciso saber que com cerca de 30 dias de greve (mês de julho), quiseram que a categoria aceitasse voltar ao trabalho

para negociar com o governo, mesmo sem ter sido apresentada uma proposta concreta. Esta investida no desmonte da greve beneficiou o governo, dividiu a categoria e muitas universidades acabaram saindo da greve. Após este episódio, o governo se aproveitou da nossa divisão e acionou a justiça pedindo a ilegalidade da greve. O Superior Tribunal de Justiça - STJ - não decretou a ilegalidade, mas expediu liminar que determinou a manutenção de 50% das atividades de trabalho, o que causou quebra em nossa mobilização.

Vencido este ponto, as universidades começaram progressivamente a voltar para a greve. Mas os apoiadores do governo desenvolveram o discurso de que o dia 31 de agosto era o último dia para alterações na proposta de orçamento para o ano de 2012, e que esgotado esse prazo seria impossível obter reajuste de salário para 2012. Contudo, ficou provado que é possível alterar a proposta de orçamento desde que exista vontade política por parte do governo. Exemplos que confirmam essa possibilidade são o fato do governo ter retirado mais 10 bilhões do orçamento de 2011 para aprofundar o ajuste fiscal e Dilma ter solicitado ao congresso, no início de setembro, que seja concedido reajuste ao judiciário. O fato é que não houve interesse do governo em atender as reivindicações da nossa categoria, nem antes e nem depois do dia 31 de agosto.

Durante o período da greve, várias universidades tiveram conquistas locais importantes por meio de enfrentamento e ocupações de reitorias. As principais conquistas foram: abertura de comissões para implementar a jornada de 30 horas semanais, paridade em conselhos universitários e até conquistas econômicas pontuais.

O fato da FASUBRA ser dirigida majoritariamente por forças políticas governistas que possuem vários cargos políticos de confiança nas reitorias e no governo federal emperra a nossa luta, pois a Federação não faz um verdadeiro enfrentamento para defender a categoria. Afinal, enfrentar o governo e as reitorias com a finalidade de defender os trabalhadores seria lutar contra eles mesmos.

Entendemos que a luta pela construção de uma Universidade Pública, democrática e de qualidade, e por condições de vida e trabalho dignas para os servidores das Instituições de Ensino Superior em todo o Brasil é urgente e para isso precisamos nos livrar do sindicalismo oficial e do peleguismo parasitário institucional.

Convidamos a todos os servidores técnico-administrativos comprometidos com a defesa da Universidade e da categoria para debater e contribuir com esse balanço. Esta ação é muito importante para a continuidade de nossa luta.

A universidade brasileira tem autonomia?

A Constituição do Brasil em seu artigo 207 diz que as universidades têm autonomia administrativa, financeira, didática e científica. A princípio o que encontra-se na carta magna brasileira enche de alegria as faces das pessoas, no entanto, não passa de "letra morta" no texto constitucional, até porque do ponto de vista financeiro para o governo anti-nacional e anti-polpular do PT e sua base aliada, essas instituições são apenas empresas públicas que só sabem gastar de forma incompetente os recursos públicos e não fazem ensino, pesquisa, extensão e muito menos ciência, sendo algumas, apenas escolas de "terceiro grau".

Para nós que lutamos na base e na direção da FASUBRA, a autonomia universitária passa pela aplicação e investimentos financeiros para viabilizarem a extensão, pesquisa e ensino, bem como, a liberdade na gestão administrativa com a participação da comunidade nas eleições diretas para reitorias, todos cargos de direção e colegiados superiores, calcados na participação de ativos e aposentados, na transparência administrativa da gestão universitária, elaboração de currículos dos cursos de graduação e pós-graduação pelas instâncias de base das universidades, como: conselhos, sindicatos de professores e técnico-administrativos, Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos de cursos, enfim, com a participação ampla da comunidade universitária, tudo isso, voltado para uma universidade dos trabalhadores e para eles.

Nesse sentido, não temos em nosso país uma universidade autônoma, tendo em vista que o governo Dilma mantém todos pressupostos filosóficos de uma universidade para o mercado, quebrando a lógica de uma universidade para os trabalhadores, onde a falta de democracia prevalece, com o esgotamento da aplicação de recursos humanos, materiais e financeiros, tudo isso, na perspectiva governamental de privatizar esse patrimônio público e entregá-lo à iniciativa privada e aos tubarões do capitalismo.

Somente com um programa voltado para os interesses dos explorados e a luta "intestinal" de técnicos, professores e estudantes, poderemos vislumbrar um modelo de universidade que aponte no sentido da perspectiva socialista, que passará por profundas mudanças no regime político vigente no Brasil, somente no modo de produção socialista, seremos capazes de termos em nossas mãos a direção de uma instituição estatal pública, gratuita, laica, referenciada socialmente e sob o controle dos trabalhadores, ou seja, uma universidade autônoma de verdade.

Avança velozmente a terceirização no Serviço Público

“Como transformar o serviço público, que é uma necessidade social, em mercadoria, enriquecendo-se do mesmo, através da precarização dos serviços ofertados e da flexibilização das leis trabalhistas ou dos regimes jurídicos existentes?”

O processo de terceirização ora em curso no Brasil é extremamente cruel e segue a risca o consenso de Washington, demonstrando a total subserviência do governo Rousseff aos organismos neoliberais.

A terceirização não nasceu no governo Lula ou Dilma, pois é anterior a eles mas, teve um grande impulso no governo FHC, foi mantida com outra roupagem no governo Lula e segue descaradamente no atual governo, que fala uma coisa através da mídia para o povo brasileiro, enquanto os seus arautos (deputados e senadores) tramam todas as teias da traição.

Portanto, é vital denunciarmos as terceirizações como mecanismo de divisão e exploração da classe trabalhadora; enfraquecimento da sua organização sindical; ameaça permanente ao emprego dos trabalhadores efetivos, precarização das relações de trabalho e, no serviço público, mais uma porta para a corrupção, além do total desmonte do estado no que se refere às políticas públicas.

Este ataque neoliberal colocará o povo brasileiro a mercê do capital e tendo como contrapartida, serviços com baixa qualidade e eficiência, mas com alta rentabilidade para os empresários sanguessugas da nação brasileira, uma vez que estes não hesitarão em se apropriar de tudo, enquanto o povo brasileiro perde os poucos direitos que ainda tem.

Realçamos ainda, que precisamos lutar incessantemente e combater as terceirizações através da luta unificada da classe trabalhadora que perde os seus postos de trabalho, enquanto que os terceirizados são precarizados e explorados pelo capital.

Propomos a incorporação de todos os trabalhadores terceirizados através de concurso público, levando-se em consideração a experiência profissional destes trabalhadores que sempre são prejudicados por não estarem atualizados no ensino formal, onde a sua experiência nada vale nos atuais concursos.

Não podemos nos esquecer de acompanhar os processos de licitação para contratação de empresas terceirizadoras nas nossas IFES, investigando e denunciando os casos que comprometem a lisura da lei de licitações (8.666, de jun/93).

Enfim, somos radicalmente contrários às terceirizações como um todo e dentro do Serviço Público sempre iremos nos opor através da luta e do enfrentamento em todas as instâncias.

Alianças no CONFASUBRA

O que defendemos?

A conjuntura do mundo sindical no Brasil passou a ter transformações profundas que fecharam o ciclo iniciado na reabertura democrática no início dos oitenta. Abrindo outro ciclo quando PT e o PC do B passaram a dirigir não só a maioria dos sindicatos de trabalhadores no país, mas também a administrarem a máquina estatal federal com a ascensão de Lula e depois Dilma ao poder central da república no início do século XXI.

Apesar da maioria dos dirigentes sindicais no país serem agora amigos do Rei e tentarem transformar os sindicatos que dirigem em instrumentos de apoio ao governo federal. Existe uma parcela importante do movimento sindical brasileiro que escolheu outro caminho. Para manter aberta, a opção a este novo caminho, devemos sinalizar para alianças com grupos que ideologicamente estejam em nosso campo, respeitando as pequenas divergências de idéias, mas conservando os pontos de acordo em temas de relevância para a categoria. Orientamos as bases quanto aos princípios citados, contudo reafirmamos a soberania das bases e a plena confiança no discernimento de nossas lideranças locais em suas escolhas.

Não foi o caminho mais fácil! Não foi o mais rápido! Nem o mais confortável... Nem o mais colorido...

Existem dirigentes, correntes, sindicatos, federações, centrais e semi-centrais que representam alguns milhões de trabalhadores que querem uma alternativa de poder diferente da cínica polarização existente entre PT X PSDB.

Durante os mandatos de Lula e agora Dilma, os setores que fazem oposição de esquerda ao governo federal tiveram momentos de isolamento e em outros ganharam audiência de massas. Mas o que podemos ver é que esses lutadores conseguiram aumentar a sua força entre os trabalhadores.

A FASUBRA é um exemplo importante do que estamos falando. No CONFASUBRA passado a maioria dos delegados chegaram a conclusão que não era mais possível que a nossa Federação seguisse levantando a bandeira da CUT. Foi um debate longo, sofrido e triunfou a posição daqueles que

querem um sindicalismo independente e de luta. E não o sindicalismo chapa branca e conciliador.

Nesse congresso, nos unimos para derrotar a CUT, mas não conseguimos nos unir para derrotar a direção majoritária da FASUBRA que é governista. Paciência! Temos limitações e diferenças entre nós, foi só um passo. Mas um passo importante!

Agora, no CONFASUBRA de 2012, acreditamos que é possível darmos outro passo. O que deixamos por fazer no congresso passado podemos dar sequência agora. E a unidade que conquistamos na greve de 2011 entre toda oposição anti-governista é um importante sinal para concretizarmos a mesma unidade no congresso da FASUBRA.

Será preciso muito esforço, mas acreditamos que todas as correntes políticas que compõe a oposição dentro da FASUBRA podem ter o entendimento que derrotar a direção majoritária da FASUBRA é uma vitória de todos e uma necessidade da categoria.

Por isso defendemos e daremos uma batalha política nesse congresso para construirmos uma chapa da oposição unificada! E fazemos um chamado a todas as correntes e ativistas independentes a levantarem essa bandeira!

Plano de Lutas

- Travar batalha com campanha nacional nas bases de modo que as IFES não façam adesão à EBSEH;
- Que a Fasubra se mantenha livre do Conselho Consultivo e Deliberativo da EBSEH;
- Luta pela imediata revogação da lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que segue a lógica neoliberal de disciplina fiscal;
- Pela desfiliação à ISP – Internacional de Serviços Públicos, por sua inoperância política;
- Pressão junto aos parlamentares pela garantia de recursos no orçamento que possibilitem o aprimoramento da carreira, além de dias nacionais de paralisação;
- Lutar pela imediata e intransigente implantação do modelo de gestão pública de estado com os princípios de Universalidade, Integralidade e a Equidade no acesso aos serviços públicos com hierarquização dos sistemas e das ações de serviços públicos;

- Pela efetiva participação da população na definição das políticas públicas, com controle social;
- Implementação das Comissões Locais em Saúde do Trabalhador - Colsat em cada setor das IFES com especial atenção aos setores com maiores índices de agravos à saúde do trabalhador;
- Pela aprovação da PEC 270, no senado nacional. Garantia de aposentadoria integral para que se aposentou por invalidez;
- Por ofensiva contra os ditames da OMC – Organização Mundial do Comércio onde o governo federal, vem seguindo a lógica de flexibilizar os direitos dos trabalhadores;
- Não às reformas dos capítulos da Seguridade Social da Constituição Federal de 1988;
- Não às reformas na constituição que retiram direitos dos trabalhador@s;
- Por garantia legal que permita o técnico-administrativo ser reitor, a exemplo do que já ocorre nos IFs;
- Concurso público para reposição do quadro permanente nas IFES, especialmente nos HUs, tudo regido pelo RJU – Lei 8.112/90;
- Lutar intransigentemente pela liberação sindical sem ônus para a entidade, bem como para o trabalhador/a quanto ao seu pleno exercício;
- Pela retirada da ação jurídica do governo contra a FASUBRA, na época da greve;
- Pela retirada do entulho legal na LDB que condena os técnico-administrativos ao percentual de 15% no peso das eleições para reitor;
- Pelos 10% do PIB para a educação;
- Orientar às entidades de base que ocupem vagas de representação sindical nos conselhos estaduais e municipais de saúde;
- Por campanha salarial e data base para os SPFs;
- Fortalecimento dos fóruns do Serviço Público com vistas a unidade dos servidores;
- Pelo fortalecimento da Previdência Social Pública. Não ao PL 1992;
- Pelo reenquadramento e reposicionamento dos aposentados, JÁ;

- Pela carga horária de 30 horas semanais, sem redução de salários, não atrelado ao ponto eletrônico.

“Se o presente é de luta, o futuro nos pertence” - Che Guevara

Assinam essa tese todos os militantes e dirigentes da frente BASE, além de diversos independentes que militam na base da FASUBRA Sindical.